

José Laurindo de Souza Netto

LAVAGEM DE DINHEIRO
COMENTÁRIOS À LEI 9.613/1998
COM ALTERAÇÕES DA LEI 12.683/2012

2ª Edição
Revista e Atualizada

Curitiba
Juruá Editora
2019

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8903-8

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Souza Netto, José Laurindo de.

S729 Lavagem de dinheiro, comentários à Lei 9.613/1998,
com alterações da Lei 12.683/2012./ José Laurindo de
Souza Netto./ 2ª edição./ Curitiba: Juruá, 2019.

168p.

1. Lavagem de dinheiro. 2. Fraude. 3. Lei 9.613/1998.
I. Título

00042

CDD 343.032
CDU 343.537

11/12/09

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	13
I – O Fenômeno da “Lavagem”	13
1 – Fases da “Lavagem”.....	14
2 – Métodos Utilizados	15
3 – Lavagem de Dinheiro no Brasil	16
II – Instrumentos Internacionais.....	19
1 – Convenção de Viena.....	19
2 – Declaração de Princípios do Comitê da Basiléia	20
3 – As 40 Recomendações do Gafi.....	20
4 – Regulamento Modelo Sobre Crimes de “Lavagem” – CICAD – OEA.....	21
5 – Convenção do Conselho da Europa de 1990	21
Capítulo I – DOS CRIMES DE “LAVAGEM” OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES.....	23
Art. 1º	23
I – Da Conduta Típica do Art. 1º, <i>caput</i> , da Lei 9.613/1998.....	23
1 – Noção de Bem Jurídico	24
2 – Denominação Legal	26
3 – Bem Jurídico do Crime de Lavagem de Capitais	27
4 – Semelhanças com os Crimes de Recepção e Favorecimento Real	29
5 – Elementos dos Tipos Incriminadores Previstos na Lei	31
6 – Objeto Material	33
7 – Proveniência Direta e Indireta.....	34
II – Infrações Penais Antecedentes.....	34
1 – Sonegação Fiscal	38

2 – Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas afins.....	40
3 – Terrorismo	42
4 – Contrabando ou Tráfico de Armas, Munições ou Material Destinado à Sua Produção	43
5 – Contra a Administração Pública.....	44
6 – Contra o Sistema Financeiro Nacional	46
7 – Praticado por Organização Criminosa	50
8 – Ocultação/Dissimulação	53
9 – Consunção.....	54
III – Da Conduta Típica do Art. 1º, § 1º, Incs. I, II e III da Lei 9.613/1998.....	55
1 – Tipo Subjetivo	56
2 – Dolo Eventual.....	57
3 – Tipo Objetivo.....	58
IV – Da Conduta Típica do Art. 1º, § 2º, Inc. I da Lei 9.613/1998.....	59
V – Forma Especial de Participação.....	59
VI – Da Tentativa	61
VII – Forma Agravada pela Habitualidade Criminosa	63
VIII – Forma Agravada por Intermédio de Organização Criminosa.....	64
IX – Da Colaboração Premiada	65
1 – Redução da Pena com Regime Aberto e Semiaberto	67
2 – Pena Restritiva de Direito.....	67
3 – Perdão Judicial	68
Capítulo II – DISPOSIÇÕES PROCESSUAIS ESPECIAIS.....	71
Art. 2º	71
I – Rito Processual dos Crimes Punidos com Reclusão	71
II – Princípio da Autonomia ou Independência do Processo Penal	73
III – Da Competência.....	74
IV – Índícios Suficientes da Existência da Infração Penal Antecedente como Condição de Ação.....	75
V – Da Aplicação do Art. 366 do CPP	77
VI – Da Proibição da Fiança e da Liberdade Provisória	79
VII – Direito de Apelar em Liberdade.....	81

Art. 4º	82
VIII – Medidas Assecuratórias.....	82
1 – Do Prazo de Validade das Medidas Cautelares	83
2 – Da Inversão do Ônus da Prova no Pedido de Restituição.....	84
3 – Do Pedido de Liberação.....	85
IX – Da Ação Controlada.....	87
Art. 5º	88
X – Da Administração dos Bens.....	88
Art. 6º	89
1 – Dos Direitos e Deveres do Administrador	89
Capítulo III – DOS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	91
Art. 7º	91
I – Efeitos Extrapenais Genéricos	91
II – Efeitos Extrapenais Específicos.....	92
Capítulo IV – DOS BENS, DIREITOS OU VALORES ORIUNDOS DE CRIMES PRATICADOS NO ESTRANGEIRO	95
Art. 8º	95
I – Aplicação do Princípio da Territorialidade	95
Capítulo V – DAS PESSOAS SUJEITAS À LEI	99
Art. 9º	99
I – Dos Sujeitos Corresponsáveis.....	100
Capítulo VI – DA IDENTIFICAÇÃO DOS CLIENTES E MANUTENÇÃO DE REGISTROS	103
Art. 10	103
I – Identificação e Manutenção de Registro	104
II – Operações Fracionadas.....	107
III – Adoção de Políticas de Controle Interno.....	108
IV – Lei Anticorrupção e <i>Compliance</i> no Brasil.....	108
Capítulo VII – DA COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	111
Art. 11	111
Art. 11-A	111
I – Operações Suspeitas.....	112

II – A Inconstitucionalidade da Comunicação das Operações Financeiras.....	114
III – Sigilo Bancário.....	114
1 – A Disciplina Legal no Direito Brasileiro	116
2 – Sigilo Profissional.....	118
3 – A Atuação do Advogado e o Sigilo Profissional	118
4 – Prevalência do Interesse Dominante – Teoria da Proporcionalidade	119
5 – O Segredo Bancário e a Lavagem de Dinheiro	120
Capítulo VIII – DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA	123
Art. 12.....	123
I – Sanções Administrativas	124
1 – Advertência	125
2 – Multa	125
3 – Inabilitação Temporária.....	126
4 – Cassação ou Suspensão de Autorização para Operação ou Funcionamento.....	126
Art. 13.....	127
I – Procedimento para Aplicação das Sanções Administrativas	127
Capítulo IX – DO CONSELHO DE ATIVIDADES FINANCEIRAS.....	129
Art. 14.....	129
Art. 15.....	129
Art. 16.....	129
Art. 17.....	130
DISPOSIÇÕES GERAIS	130
Art. 17-A.....	130
Art. 17-B.....	130
Art. 17-C	130
Art. 17-D	130
Art. 17-E.....	130
Art. 18.....	130
I – Mecanismos de Tratamento das Informações.....	131
II – Organismos de Tratamento das Informações Financeiras.....	132

III – Competência e Composição do COAF	133
IV – Acesso aos Dados Cadastrais	135
V – O Afastamento do Servidor Público Indiciado.....	136
DESARMONIA CONSTITUCIONAL DA LEI.....	137
CONCLUSÕES.....	143
REFERÊNCIAS	149
ÍNDICE REMISSIVO	153